

2

DISCURSO POLÍTICO, CENOGRAFIA E *ETHOS* EM CAMPANHA DO TSE¹

POLITICAL DISCOURSE, SCENOGRAPHY AND *ETHOS*TSE'S CAMPAIGN

Maria Sílvia Olivi Louzada²

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Professora permanente do programa de pós-graduação em Linguística da Universidade de Franca (Unifran).

Josie Ubiali³

Graduada em Letras pela Universidade de Franca (Unifran).

RESUMO

O presente trabalho toma como *corpus* o vídeo *Heróis* que integra a campanha eleitoral do TSE veiculada pela rede de TV no Brasil em 2008. Acredita-se que as reflexões realizadas possibilitaram discutir os processos discursivos; alguns traços de identidade política e suas filiações ideológicas; o modo de construção histórico-discursiva das identidades políticas midiáticas; os deslizamentos e as subversões de sentido na construção de identidades políticas nas mídias. Busca-se investigar como os discursos políticos, plenos de historicidade, produzem sentidos ao veicular as diversas vozes que constituem o imaginário de uma dada época.

Palavras-chave: discurso político; *ethos*; cenografia; mídia.

1 O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é a instituição que regula o processo eleitoral brasileiro.

2 Líder do GTEDI - Grupo de Texto e Discurso: Representação, Sentido e Comunicação reconhecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq). Endereço eletrônico: silvialouzada@unifran.br

3 Desenvolveu a pesquisa em epígrafe, em 2008, como trabalho de Iniciação Científica vinculada ao projeto "Processos enunciativos e constituição de identidades políticas nas mídias", sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Sílvia Olivi Louzada.

ABSTRACT

This work takes as corpus the advertisement “Heroes” that integrates TSE’s campaign conveyed by TV network in Brazil in 2008. It is believed that the considerations made possible discuss the processes discourse, some traces of political identities by media; the landslides and subversions of feeling in the construction of political identity in the media as social practices. The purpose is to investigate the political discourse, full of history, produce fillings, to convey the many voices that constitute the imagination of a given moment in history.

Key words: political discourse; *ethos*; scenography; media.

INTRODUÇÃO

Reflete-se neste trabalho sobre as relações entre discurso político e mídias contemporâneas em que diferentes posições enunciativas são sustentadas tanto pelo linguístico como pelas imagens que se colam aos discursos.

Analisa-se o vídeo *Heróis* que integrou uma campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) veiculada pela rede de TV brasileira no primeiro semestre de 2008 e que se destinava a persuadir os eleitores a votarem nas eleições daquele ano. Com base, principalmente, nas teorias desenvolvidas por Dominique Maingueneau (2005b) sobre cenografia e *ethos*, busca-se analisar, principalmente, o modo como se constitui a identidade do enunciador. Entende-se também que, além do texto verbal, as imagens, as sonoridades e movimentação cênica, por se tratar de propaganda televisiva, também participam da constituição dessa identidade.

Acredita-se que o estudo de diferentes práticas políticas midiáticas pode revelar interessantes modos de construir os sujeitos, seus traços e sua filiação ideológica, sua relação com a memória social e discursiva, os discursos repetíveis, os deslizamentos e as subversões de sentido, os “pontos de deriva possíveis” (PÊCHEUX, 1990). Por isso, esta pesquisa buscou investigar como esse discurso proferido por essa instância também fixa certos sentidos, ao veicular as diversas vozes que constituem o imaginário de uma dada época, integrando o processo de seleção dos acontecimentos que se deseja recordar futuramente.

Sabe-se que os discursos políticos midiáticos fomentam a formação da opinião pública, ou seja, em um mundo globalizado, os discursos propagados pelas mídias podem interferir significativamente na vida dos povos e das nações, tanto em virtude da rapidez com que propagam ideologias como do quanto podem concorrer para a transformação

das instâncias do poder. Acredita-se que é nisso que também reside a relevância científica e social do presente trabalho de pesquisa.

DISCURSO POLÍTICO E MÍDIAS

O discurso político está relacionado com os lugares de sua fabricação e a situação de comunicação, melhor dizendo, “não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza” (CHARAU-DEAU, 2006, p. 40). Assim, distinguem-se três lugares de fabricação discursiva: a instância política, a instância cidadã e a instância midiática; no entanto, o discurso político também é resultado de uma combinação de elementos externos, como os fatos políticos, sociais, jurídicos, morais e psíquicos.

Charaudeau (2006, p. 22-25) explica que a instância política chega ao poder e nele se mantém a depender de um jogo de forças que podem ameaçá-la tanto fisicamente como institucionalmente ou simbolicamente. O autor ainda explica que as relações de força entre as instâncias institui uma espécie de “jogo de dominação” em que ora é a linguagem, ora a ação que predomina. Trava-se uma “luta discursiva” por meio das opiniões que precisam revestir-se de legitimidade e de autoridade para que sejam reconhecidas e possam ter um efeito de persuasão sobre a instância cidadã. A regulação da tensão discursiva entre essas instâncias se dá por uma espécie de “ética da responsabilidade” presente em um “jogo de máscaras”: “um jogo em que todos mudam sob a influência dos outros: a opinião sob a influência das mídias, as mídias sob a influência da política e da opinião, o político sob a influência das mídias e da opinião”.

Em sua obra *Discurso político*, Charaudeau (2006) situa a “palavra política” na confluência entre “linguagem, ação, poder e verdade”: todo ato de linguagem supõe os princípios de alteridade (o “eu” toma consciência de si por meio da existência do “outro”), de influência e

de regulação, em que ambos constroem um vínculo social por meio de relações de força.

Por outro lado, atualmente, o fenômeno da politização da mídia ou midiaticização da política (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 13) permite que o discurso transpareça com performances pré-atribuídas e alterações sutis na eloquência política. Sabe-se ainda que a midiaticização política utiliza certos recursos, tais como jogo de palavras, memórias discursivas, gestos corporais, como informa Gregolin (2003, p. 13-22), trata-se da “teatralização do político”, que produz uma “fala breve, política, cambiável, fluida, imediata, que se prende ao instante antes de se inscrever na memória, privilegiando antes a astúcia verbal do que a estratégia verbal”.

O que na verdade faz da mídia um lugar de espetáculo é sua infinda variedade interpretativa para enunciados já ditos. A AD procura, ao interpretar um discurso, recuperar sua originalidade por meio da memória discursiva. No discurso político midiaticizado, a posição do coenunciador⁴ na interpretação dos discursos exige-lhe tanto um olhar examinador, como também uma capacidade de percepção sonora, em que o tom e amplitude do som tentam compensar a distância entre os coenunciadores visto que a comunicação não se dá pessoalmente.

Sabendo-se que a via televisiva é hoje largamente utilizada como meio de circulação de informações, Gregolin (2003, p. 29) comenta ainda que “a racionalidade dos comportamentos linguageiros e corporais do orador tradicional associam-se ao ‘olhar afastado’ da massa que assiste à performance. A amplitude do tom e do discurso, a amplitude dos movimentos do corpo os torna audíveis e visíveis”.

⁴ MAINGUENEAU (2000, p. 22-23) explica que o termo coenunciador foi “introduzido pelo linguista A. Culioli, substituindo destinatário, para designar que a enunciação é, de fato, uma coenunciação, que os dois parceiros desempenham aí um papel ativo. Quando o enunciador fala, o coenunciador comunica também: ele se esforça para pôr-se em seu lugar para interpretar os enunciados e influencia-os constantemente através de suas reações”.

A eficácia da influência midiática sobre os coenunciadores traz em si uma dicotomia de ideologias: a ideologia de que a mídia influencia e domina a opinião pública e a que se opõe a esta. Acredita-se que a mídia modifica a retórica política e apresenta-se como uma instância detentora de um poder e saber público, no qual se pretende proporcionar aos telespectadores uma esfera de “ser/verdade × parecer/mentira-segredo” (PIOVEZANI, 2003, p. 58) da política.

CENOGRAFIA E *ETHOS*

A etimologia de *ethos* é grega e significa costumes, modo de ser ou caráter e permite que o coenunciador crie uma imagem, uma figura que represente esse possível caráter enunciativo, fundamentado, pela sociedade, em estereótipos culturais. A essência do *ethos* está relacionada diretamente com a enunciação e é por meio dessa relação que o coenunciador se submeterá a uma avaliação dos efeitos de sentido do discurso.

De acordo com Maingueneau (2005b, p. 69-72), o coenunciador já detém ou constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale – o *ethos* pré-discursivo, noção intimamente relacionada à de identidade de posicionamento. No que se refere ao discurso político, em especial, a cada nova cena enunciativa, o coenunciador retoma esse *ethos* pré-discursivo e o usa como um parâmetro, um norteador para realizar a interpretação do novo discurso proferido. Por outro lado, o *ethos* discursivo está referido a uma “vocalidade específica”, um “tom” que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa. Maingueneau ainda explica que a noção de “corporalidade do enunciador” se trata de “um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e que, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar”.

No campo político, em especial, devido à forte influência midiática,

o *ethos* discursivo pode “afirmar-se ou infirmar-se”, segundo Maingueneau (2005b). O gênero do discurso pode, assim, induzir expectativas no coenunciador, suscitando-lhe uma imagem prévia do enunciador pelo fato de saber que se trata de um gênero político, por exemplo, uma propaganda eleitoral na rede de TV.

Segundo o autor, relativamente ao *ethos* discursivo – “cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos” (MAINGUENEAU, 2005b, p. 72) – pode-se dizer que é o fiador do discurso. No entanto, a produção de sentido de um discurso não existe por si só, pois se insere em um momento histórico, em uma ideologia; o discurso se produz em uma dada cena de enunciação e é em relação a ela que os enunciados serão pertinentes ou não.

O sujeito que enuncia encontra-se num lugar discursivo que o legitima e que lhe atribui uma autoridade vinculada a uma dada posição: uma instância enunciativa. Para interpretar um discurso é necessário que o coenunciador identifique o tipo do discurso, ou seja, a que cena englobante (MAINGUENEAU, 2005a, p. 86) ele corresponde: política, religiosa, publicitária, jurídica etc., permitindo coligar a finalidade contratual entre o “eu”, enunciador, e o “outro”, coenunciador. No entanto, caracterizar apenas um discurso como político, literário, publicitário ou outros não é suficiente, já que a distribuição dos papéis dos parceiros do discurso, o lugar e o tempo em que se enuncia e a finalidade discursiva definem as cenas específicas dos gêneros do discurso.

A cena genérica é aquela em que o papel contratual entre o “eu” e o “outro” é definido, por exemplo, como um professor, um publicitário ou um candidato dirigindo-se, respectivamente, aos alunos, aos consumidores ou aos eleitores. Um gênero do discurso implica

a legitimidade do enunciador que profere um discurso com valor, eficácia e autoridade.

A cenografia é construída pelo próprio discurso, por exemplo: um político ao dirigir-se aos seus eleitores pode eleger cenografias variadas para apresentar-se como um empreendedor, um visionário, um amigo, um experiente administrador, um executivo ou um operário, dentre outros. Como afirma Maingueneau (2005b, p. 76): “o discurso político mobiliza cenografias variadas uma vez que, para persuadir seu coenunciador, deve captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade invocando uma cena de fala valorizada”.

A cenografia, como o *ethos* que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém à política, à filosofia, à ciência (MAINGUENEAU, 2005b, p. 77).

Segundo Charaudeau (2006, p. 115-117), no interior do discurso político, o *ethos* está relacionado à constituição da imagem de si e de como se processa essa construção: “o *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros”, uma identidade discursiva que pode se manifestar com inúmeras “máscaras”. A imagem construída pelo enunciador permite que o coenunciador delegue sobre ele a legitimidade de seu discurso, permitindo que a segunda instância construa, possivelmente, um mesmo juízo discursivo.

Vê-se, então, que o papel desempenhado pelo *ethos* no discurso é ser o “fiador do que é dito”, remetendo a uma identidade própria, um caráter e uma corporalidade compatíveis com a cenografia e imprescindíveis para a legitimação de um enunciado, ou seja, o coe-

nunciador precisa incorporar todos os aspectos que definem o *ethos* do enunciador e aderir ou não ao seu discurso.

No discurso político, o *ethos* se constrói também em conformidade com a posição social do enunciador, porém pode ter facetas frágeis, “adoradas um dia, podem ser queimadas no dia seguinte” (CHARAU-DEAU, 2006, p. 89).

O MODO DE MANIFESTAÇÃO DE UM *ETHOS* DEMOCRÁTICO E HEROICO

O *ethos* pré-discursivo do TSE configura-o como a instância enun-ciativa de poder e que tem autoridade para regular as eleições no país, conforme o seu regulamento específico. No *site* do TSE, descreve-se sua missão e visão de futuro:

MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

Missão do TSE

Assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado.

Visão de Futuro do TSE

Ser referência mundial na gestão de processos eleitorais que possibilitem a expressão da vontade popular e contribuam para o fortalecimento da democracia.⁵

Note-se como o enunciador (TSE) pretende aproximar-se discursivamente dos coenunciadores (os eleitores). Ao visitar as páginas da internet dos três poderes⁶ verifica-se que ao Poder Executivo, constituído geralmente pelo presidente da República e seus ministros, cabe executar as ações, administrar a nação, cumprir as leis e agir para que elas sejam cumpridas. O Poder Legislativo é constituído

5 Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/institucional/index.htm>>. Acesso em: 11 out. 2008.

6 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pais/estrutura>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

pelo Congresso Nacional que compreende o Senado e a Câmara dos Deputados, cabendo-lhe analisar as propostas do Executivo e elaborar as leis que irão reger a nação. O Poder Judiciário, que tem o poder de julgar e aplicar as leis elaboradas pelo Legislativo e exercidas pelo Executivo, está constituído pelos Tribunais Superiores TSE⁷, TST⁸ e Tribunais Regionais Federais. Ministros, desembargadores e juízes são os responsáveis pelas funções nesses tribunais.

O TSE, como se apontou, procura desempenhar uma função contratual entre o “eu” (TSE) e o “outro” (cidadãos), confessando desejar promover o bem-estar do cidadão brasileiro e continuar lutando pelos seus direitos, assumindo um *ethos* de poder e confiável. Não se pode esquecer que, em 2008, essa instância enunciativa integrava um governo de esquerda (PT) que, no passado, participara dos movimentos sociais e políticos que lutavam pela redemocratização do país, tais como a campanha pelas “Diretas Já”, a Constituinte de 1988, as lutas contra a ditadura, entre outros.

No vídeo *Heróis*, veiculado pela rede de TV brasileira no primeiro semestre de 2008, a cenografia instala como protagonistas alguns dos responsáveis pela luta em favor da democracia entre os anos 1960 e 1980: em cenas que se sucedem, aparecem as imagens de personalidades e episódios muito conhecidos no cenário político brasileiro: o deputado Ulisses Guimarães; o sociólogo Betinho; uma passeata de estudantes nos anos 1960; o enterro de um estudante morto durante a ditadura; o jornalista Vladimir Herzog; o poeta Vinícius de Moraes; a passeata de campanha pelas “Diretas Já” (1984); o radialista Osmar Santos; o cartunista Henfil; uma cena de estudantes pichando em um muro a frase “Abaixo a ditadura”⁹.

7 Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

8 Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

9 A campanha pelas “Diretas Já” (1984) foi um movimento político democrático com grande participação popular que ocorreu no ano de 1984 e que apoiava a emenda do deputado Dante de Oliveira que restabeleceria as eleições

Ouve-se um solo de violão que entoa o Hino Nacional Brasileiro enquanto uma voz masculina em *off* diz solenemente o seguinte texto:

Heróis existem e eles não são grandes, nem são fortes, nem indestrutíveis. Nem têm super poderes. Eles não matam, mas morrem. Não são de outro mundo, embora muitas vezes pareçam não ser deste aqui. Heróis existem. E são de carne e osso, geralmente mais carne do que osso, porque são sangue. Heróis existem. E nunca fogem da luta. Existem. E têm sempre uma personalidade só. Porque não costumam ter o que esconder. Heróis existem e aparecem sempre que temos certeza de que a raça humana está perdida. E surgem, justamente nesses momentos, como a nossa salvação. Porque os heróis são, antes de tudo, humanos. Heróis existem. Não desperdice o direito que eles tanto lutaram para conquistar para você. Vote.¹⁰

Essas imagens, que recuperam personagens e fatos de grande importância para a história recente do Brasil, aliadas ao texto e ao hino que se ouve, veiculam interdiscursivamente o ideal democrático propagado em incontáveis discursos políticos, proferidos desde que o Brasil se tornou uma nação independente. Personalidades que lutaram e atuaram na resistência à ditadura militar, brigaram pela reforma agrária, integraram movimentos sociais dentre outras atuações, assim

diretas para presidente da República no Brasil, mas que não foi aprovada. Contou com o apoio de diversos políticos da época e teve também a participação de artistas, jogadores de futebol, cantores, religiosos etc. Seu locutor “oficial” era o radialista Osmar Santos. O deputado Ulisses Guimarães (PMDB) foi um dos principais líderes da campanha pelas “Diretas Já”, no começo dos anos 1980, sendo apelidado de “Senhor Diretas”. Em 1988, presidiu a Assembleia Nacional Constituinte e anunciou a promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, que permanece em vigor até hoje. O sociólogo Betinho atuou na resistência contra a ditadura militar, dirigiu organizações de cunho democrático no combate ao regime, por isso foi exilado no começo da década de 1970 e, anistiado, voltou ao país em 1979, quando se envolveu inteiramente nas lutas em prol da democracia e da justiça social. Hemofílico, contraiu a AIDS em uma transfusão de sangue, morreu em 1997. Era irmão do cartunista Henfil, também hemofílico, morto precocemente aos 43 anos (1988), que nos anos 1960-70, atuava no semanário *Pasquim* e no *Jornal do Brasil* e que tivera atuação marcante nos movimentos políticos e sociais, lutando contra a ditadura, pela democratização do país e anistia aos presos políticos. Vladimir Herzog era jornalista, professor da USP (Universidade de São Paulo) e teatrólogo; morreu aos 38 anos (1975) na sede do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna), em São Paulo, onde fora prestar esclarecimentos sobre suas ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). O poeta Vinícius de Moraes, que também exerceu intensa atividade na área de cinema, teatro, poesia e música, fazia carreira diplomática quando, em 1969, foi exonerado do Ministério das Relações Exteriores pelo regime militar.

Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u95.jhtm>>. Acesso em: 09 jun. 2010.

10 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=lowOjOKkvnM&feature=related>>. Acesso em: 5 maio 2010.

como as que participaram das “Diretas Já”, retomam a memória de luta pela democracia do povo brasileiro.

Sob a figura de uma instância política, de poder eleitoral, o enunciador se autodenomina, por analogia, uma instituição democrática, heroica e lutadora. No entanto, será que os coenunciadores – os eleitores brasileiros – reconheceriam essa imagem patriótica e democrática que o TSE quer dar de si? Por que utilizar a TV para conscientizar a população a votar nas eleições e por ela retomar todo o recente processo histórico de instalação da democracia no país? Acredita-se que essas intrigantes questões estão relacionadas ao processo de construção do *ethos* do TSE que emerge dessa cenografia.

Ao escolher a TV como veículo dessa campanha, o TSE, dá de si a imagem de um *ethos* democrático, que se agrega e adere aos “heróis” que lutaram pelo ideal de liberdade democrática. No vídeo *Heróis*, o TSE se dá a “ver” (corporalidade) e a “ouvir”, uma voz cujo tom é solene, grave, pausado, exigido pela própria cenografia instalada pela sucessão de imagens que retomam a memória da condição brasileira pré-democracia.

Acredita-se ser relevante retomar e descrever a sequência narrativa desse vídeo *Heróis* que integra essa campanha do TSE, já que aqui não é permitido ouvi-lo e vê-lo em seu desenrolar televisivo.

Como já se disse, sucedem-se imagens em preto e branco de homens públicos importantes, fundamentais ao processo de transição da ditadura militar para a democracia. O discurso começa concomitantemente com a primeira imagem projetada, a de Ulisses Guimarães, e a frase “Heróis existem”. Veja-se que essa entrada discursiva declara a existência de heróis brasileiros, os quais serão nomeados em seguida. Essa frase – “Heróis existem” – vai repetir-se mais cinco vezes no texto, reafirmando o ponto de vista inicial do enunciador, remetendo

interdiscursivamente ao mito do herói em nossa cultura; o coenunciador, por sua vez, deve aderir a esse posicionamento, identificar-se com ele para poder legitimar o discurso proferido.

Em seguida aparece a imagem de Betinho e a voz em *off* continua a dizer: “e eles não são grandes, nem são fortes, nem indestrutíveis”. Observa-se aqui a criação discursiva de um paradoxo com a imagem pré-construída do herói. Betinho foi um homem fisicamente frágil, debilitado pela hemofilia, mas forte em sua determinação e luta incansável pelos direitos sociais, cidadãos e éticos, o que o enquadra como um outro tipo de “herói” e do qual esse discurso pretende falar: o herói ético, moral, democrático.

Seguem-se outras cenas, com outros heróis anônimos da democracia – uma passeata de manifestação de estudantes e a de um enterro de um estudante morto pelas forças policiais repressivas – que também são demonstrativas de que esses heróis não são “indestrutíveis”, não possuem “super poderes” e constituem a instância cidadã que enfrenta a instância política que detém “super poderes”, no caso o governo autoritário. Durante essa cena, a voz em *off* pausada e grave enfatiza: “não matam, mas morrem”. Trata-se de uma alusão paradoxal ao mito de valentia e força do herói e da retomada interdiscursiva da luta popular e democrática dos anos 1960 e 1980, em suas manifestações de resistência e oposição à ditadura militar. Ressalta-se a pressuposição: os que “matam” não são os heróis de que se fala, mas os que se opõem a eles, ou seja, o governo militar da época.

Essa cenografia, que enfatiza os horrores que outros cidadãos brasileiros enfrentaram no passado para que hoje todos tenham o direito de votar, busca persuadir o coenunciador e fazê-lo aderir e se identificar com o posicionamento do enunciador. Com isso, essa instância de poder eleitoral, o TSE, projeta discursivamente de si um *ethos* também democrático e heroico. Retoma e ratifica, dessa maneira, seu *ethos*

pré-discursivo, cuja história de subsistências a períodos ditatoriais no Brasil é possível ler no *site* do TSE¹¹.

Segue-se a cenografia instalada discursivamente pela campanha do TSE, com as imagens de outros “mesmos” heróis democráticos – o jornalista Vladimir Herzog e o poeta e diplomata Vinícius de Moraes – acompanhadas da mesma voz em *off*: “porque não costumam ter o que esconder”. Obviamente, pressupõe-se que existam tanto os que não sejam heróis, como também aqueles que tenham o que esconder. Mais uma vez, a polarização entre “heróis” e não heróis – o governo militar, autoritário – centro dessa cenografia.

Outras imagens vão despontando na tela, com a sucessão de outros “mesmos” heróis, suscitando para o coenunciador o orgulho dos brasileiros que lutaram pela democracia. Finalmente, surge na tela a imagem de pessoas pichando em um muro a frase “Abaixo a Ditadura” seguidas de cenas da campanha “Diretas já” com a voz, mais uma vez, em *off* dizendo: “Heróis existem e aparecem sempre que temos certeza de que a raça humana está perdida. E surgem justamente nesses momentos, como a nossa salvação. Porque os heróis são, antes de tudo, humanos”. O tom eloquente como esse discurso é dito com certeza provoca a comoção do coenunciador e o faz acreditar que quem lutou por essa conquista democrática foi um *ethos* humano, lutador e heroico, o mesmo *ethos* projetado discursivamente pela maior autoridade eleitoral do Brasil: o TSE. Há um processo de identificação entre “os heróis” que lutaram pela extinção da ditadura militar no passado, com o enunciador do presente, o TSE, que regula e propicia a continuidade do processo de democratização do país. Na campanha em análise, portanto, retoma-se um acontecimento do passado para propor um novo/mesmo discurso, situado no momento presente.

11 Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/institucional/o_tse.htm>. Acesso em: 14 dez. 2008.

CONCLUSÃO

Entende-se que, no vídeo *Heróis*, a cenografia instalada permitiu ao enunciador utilizar-se da memória coletiva de fatos políticos para persuadir os coenunciadores tanto sobre o *ethos* democrático do TSE como sobre seu objetivo de arregimentar os eleitores para as eleições de 2008. Assim, ao retomar cenograficamente imagens de acontecimentos políticos e de personagens heroicos do passado para propor que os brasileiros votem em 2008, essa instância política assume como sua a característica de lutadora pelos ideais democráticos, identificada com a instância cidadã. De certa forma, esse *ethos* discursivo também se aproxima de um *ethos* pré-discursivo do atual governo (PT), cujos integrantes também participaram dessas lutas pró-democracia.

Finalmente, nesse vídeo *Heróis*, o *ethos* é o fiador desse discurso e se valida perante os coenunciadores por meio das cenografias mencionadas. O enunciador dessa campanha, portanto, admite dois *ethos*: o de uma autoridade, que o refere à instância política que tem autoridade para regular as eleições no país; o de democrático e heroico, que remete à instância cidadã.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

GREGOLIN, M. R. V. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Tradução de Sírío Posenti. Curitiba: Criar Edições Ltda., 2006.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza e Décio Rocha Silva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson

Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 69-92.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HARK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PIOVEZANI FILHO, C. P. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

PORTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Disponível em: <<http://www.trf4.jus.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. Disponível em: <<http://www.trf1.jus.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. Disponível em: <<http://www.trf2.jus.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. Disponível em: <<http://www.trf3.jus.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO. Disponível em: <<http://www.trf5.jus.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *A justiça eleitoral no Brasil*. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/institucional/index.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2008.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=lowOjOKkvnM&feature=related>>. Acesso em: 5 maio de 2008.